

# Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo

De Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo

São Paulo: Contracorrente; Facamp, 2017

Em julho de 2017 foi realizado em Campinas, no Instituto de Economia da Unicamp, mais um encontro anual da Sociedade Brasileira de Economia Política, uma congregação de economistas, pesquisadores e estudantes do espectro crítico, fundada em 1996, e que realiza o encontro há 22 anos.

Geralmente, nesses eventos, o público tem acesso ao comércio de livros difíceis de ser encontrados no circuito mais tradicional das grandes livrarias que ocupam os *shopping centers* das cidades brasileiras.

Foi numa dessas bancas que encontrei *O tempo de Keynes nos tempos do capitalismo* e *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*, ambos lançados em 2017, pela editora Contracorrente, e escritos por Luiz Gonzaga Belluzzo, sendo o último em parceria com Gabriel Galípolo.

*Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo* é um texto não somente de contextualização da grave crise financeira internacional iniciada em 2007-2008, mas também de forte crítica às teorias do *mainstream* econômico.<sup>2</sup> Além da introdução, são sete capítulos que analisam o plano internacional, a crise das finanças globais, a estrutura de poder que se instalou no mundo, a partir dos Estados Unidos e Wall Street, e que percorre o resto do planeta submetendo países e sociedades à sua dinâmica política e desastres econômicos, com poucos momentos ou períodos de pujança econômica.

---

1. Professor de Economia Política da Universidade Federal de Alagoas. Diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal).

2. Faz coro a essa crítica o livro de Yanis Varoufakis, *O Minotauro global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia*. 2ª ed. São Paulo: Autonomia Editora, 2017.

É um trabalho de economia política conforme o termo se define objetivamente, ou seja, por trás da dinâmica econômica e fenômenos conjunturais, apresenta um tecido de poder construído com a finalidade de acumular riqueza de forma muito rápida, saltando as etapas da produção e comercialização de mercadorias.

Nos primeiros dois capítulos os autores evidenciam a emergência de uma ordem econômica no pós-guerra que permitiu a ascensão de uma plutocracia baseada nas políticas de desregulação, desregulamentação e descompartimentalização dos mercados, especialmente o mercado de ativos financeiros.<sup>3</sup> Nesse processo, as forças do Estado foram capturadas para se mover no sentido de proporcionar o ambiente favorável à expansão das atividades financeiras-rentistas e à proliferação das atividades dos grandes conglomerados multinacionais.<sup>4</sup> Por exemplo, “a lógica financeira determinou a subordinação da política fiscal à política monetária [p. 36]” e “ao contrário do que reza a vulgata de certa esquerda ou pregam os delírios da direita obtusa, a nova etapa do capitalismo não buscou e muito menos realizou a propalada redução das funções do Estado” [p. 39].

No segundo capítulo, Belluzzo e Galípolo continuam apresentando uma série de dados que confirmam os argumentos, particularmente a expansão financeira global e o acirramento da concorrência internacional entre grandes conglomerados, amarrados em “uma estrutura financeira global monetariamente hierarquizada” [p. 66]. O detalhe a destacar é a emergência da China nesse movimento, rompendo a rigidez da mobilidade do poder internacional, real e formal, e demonstrando, mais uma vez historicamente, que o Estado tem um papel primordial no desenvolvimento econômico, sobretudo no estágio em que se encontra o capitalismo.

Os cinco capítulos seguintes tomam dois terços do restante do livro; uma longa exposição em um raro exemplo do exercício dos métodos da economia política. O capítulo 3, intitulado “A política da finança e a finança na política”, apresenta os bastidores do poder internacional e os estertores da economia capitalista contemporânea.

---

3. Sobre esse “DDD”, Peter Gowan escreveu um texto seminal no final da década de 1990, *A roleta global: uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo* (Rio de Janeiro: Record, 2003).

4. “A ação estatal cuidou dos investimentos em infraestrutura e utilizou as empresas públicas como plataformas destinadas a apoiar a constituição de grandes conglomerados industriais preparados para a batalha da concorrência global”, segundo apontam os autores [p. 49]. Impressiona que, em tempos de Lava-Jato, empresas como a Odebrecht, JBS, Petrobras, por estarem envolvidas em escândalos de corrupção, são ao mesmo tempo aniquiladas, deslocadas dessa concorrência global em que, ao menos pelo que se conhece, contavam com elevada capacidade de competição internacional.

Os autores mostram como o sistema político norte-americano, repetindo as características do período anterior à Grande Depressão de 1930, foi tomado pela força lobista dos interesses do grande capital. Em uma citação de Robert Kennedy Junior, sobrinho do presidente Kennedy, em um prefácio escrito para o livro de Greg Palat, *Bilionaires and ballot bandits*, aponta as intestinas relações entre a classe política e o poder real econômico, numa explícita demonstração da profunda crise do regime democrático e do sistema representativo.

Os senadores e congressistas que as empresas financiam e elegem não são representantes do povo dos Estados Unidos. Eles representam os compadres da indústria de petróleo, os gigantes do setor farmacêutico e os *banksters* de Wall Street. Todos empenhados na tomada hostil (*hostile takeover*) do governo [p. 74].

Este é o conteúdo do terceiro capítulo: demonstrar a impotência de muitos governos, que capitulam diante de Congressos que não participam mais das discussões voltadas para o interesse nacional e societal, em um plano de construção coletiva, mas defendem, justamente usando o discurso do interesse nacional e do povo, pautas muito particulares de megaempresas, oligopólios. Enquanto isso, as instâncias executivas dos Estados cumprem apenas a agenda formal que dá arcabouço legal às determinações do poder real. Portanto, esse capítulo é especial na construção da moldura geral de como o capitalismo contemporâneo funciona e de que maneira o Estado, ao contrário do que as forças de direita do espectro político argumentam ou os mais desavisados, geralmente escondidos por trás de algum título acadêmico, acreditam, age de maneira ampla e irrestrita na construção do ambiente de desenvolvimento dos grandes capitais. “A impotência política dos governos tem origem na ocupação do Estado e de seus órgãos de regulação pelas tropas da finança e dos graúdos interesses corporativos” [p. 78-79].<sup>5</sup>

A leitura do terceiro capítulo nos fornece subsídios fundamentais para compreender a crise política, institucional e econômica brasileira muito recente, ao perceber que o golpe parlamentar-jurídico-midiático não passou, justamente, por uma luta pelo Poder Formal, exigido pelo Poder Real, ou seja, por aqueles que não aceitavam mais que a definição e a execução orçamentária do Estado brasileiro e suas políticas abris-

---

5. Essa afirmação nos lembra o livro de Nelson Oliveira, *Neocorporativismo e política pública: um estudo das novas configurações assumidas pelo Estado* (São Paulo: Edições Loyola, 2004).

sem espaços para outros objetivos, mais amplos, que a não salvação de uma dinâmica econômica e financeira que já dava sinais, desde 2012, de forte desaceleração e queda nas taxas de lucros e rentabilidade.

Entretanto, o exercício do Poder Real (economia política) e a determinação do Poder Formal (institucionalidade governamental, jurídica e parlamentar), tanto no centro do capitalismo mundial, Estados Unidos, como na periferia, precisa ser amparado e revestido pelo conhecimento científico e técnico. Esse, então, é o tema central do quarto capítulo, “A Academia sucumbe ao Poder”. O objetivo é demonstrar como a cobiça por dinheiro e as possibilidades de ganhar projeção mundial – se com um Prêmio Nobel melhor ainda – fizeram com que professores das principais faculdades e universidades de economia e finanças capitulassem diante das forças sedutoras de Wall Street. Seguindo os passos de Gerald Epstein e Jessica Carrik, dois professores da Universidade de Massachusetts Amherst, os autores Belluzzo e Galípulo analisam o conflito de interesses entre economistas, pesquisadores, suas ideologias e as crises financeiras.

Em 2012, ao visitar o Banco da Inglaterra – banco central –, a rainha Elizabeth indagou: “Acho que, em termos de dinheiro, é muito difícil fazer previsões. Mas as pessoas têm sido um pouco... negligentes?”<sup>6</sup> Não foi apenas um problema de negligência, mas de complacência e má-fé, tudo bem defendido pelas láureas acadêmicas. É isso que encontramos no quarto capítulo da obra comentada.

O quinto capítulo, “As ideias do poder ou o poder sem ideias?”, é eminentemente teórico. Trata-se de uma crítica à *science economics*, seus pressupostos, o individualismo metodológico adotado e a naturalização das relações econômicas. Após atacar com muita propriedade esses pressupostos com a leitura de alguns dos principais autores neoclássicos, o restante do capítulo discorre sobre a economia monetária da produção, de inspiração keynesiana e com forte influência das análises e críticas ao modo de produção capitalista realizadas por Karl Marx. A questão fulcral: a economia de mercado capitalista não é voltada para a satisfação das necessidades coletivas e sociais, mesmo que no âmbito do atendimento dos indivíduos e seus desejos.<sup>7</sup> Ela não tem por

---

6. Rainha busca resposta para a crise no BC britânico (*Exame*, 14 dez. 2012). Disponível em: <<https://goo.gl/Uqnyf5>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

7. Em outro trabalho singular, Belluzzo assim define a economia monetária da produção: “se afasta das hipóteses amparadas no indivíduo racional maximizador, tampouco admite a absurda abstração do ‘agente representativo’”. *O tempo de Keynes nos tempos do capitalismo*. São Paulo: Contracorrente, 2016, p. 86.

objetivo acumular riquezas na forma de bens, mas na forma de acumulação de riqueza monetária. Com essa lógica, a famosa Lei de Say – “a oferta cria sua própria procura” – e suas derivações não se sustenta.

Com os dois últimos capítulos – “O Brasil e a força do *soft power*” e “O prejuízo dos obedientes” –, o leitor perceberá que o nível de análise ultrapassa a linha do equador em direção ao Sul do hemisfério, abarcando a periferia do sistema.

No penúltimo capítulo, Belluzzo e Galípolo dão continuidade à crítica da opinião econômica “instruída” e mostram que o capitalismo brasileiro e sua dinâmica já davam sinais concretos de desaceleração nos idos de 2012 – “a economia brasileira vinha resfolegando tal como uma locomotiva a vapor com a caldeira furada” [p. 127].

A perda do dinamismo econômico é atribuída ao esgotamento das possibilidades de expansão do consumo via concessão de créditos, afetando a renda das famílias com pagamentos de juros e amortizações de dívidas, crescimento das exportações e subsídios fiscais a segmentos econômicos, comprometendo as finanças públicas sem resultados satisfatórios na taxa de investimento privado. Além desses fatores, os aumentos do salário mínimo pressionavam os lucros empresariais, especialmente da indústria, enquanto boa parcela da demanda agregada por mercadorias de segmentos produtivos oligopolizados era atendida pelas importações. Nesse último caso, a taxa de câmbio, muito analisada pelos autores, há muito é incompatível com um processo de industrialização com inovação tecnológica. Combinada com taxas de juros elevadas na maioria dos períodos em três décadas, fez a taxa de participação da indústria de transformação no PIB despencar de 21,6%, em 1985, para 10,9%, em 2014 [p. 138].

Para mostrar o agravamento da crise, os autores mergulham profundamente no que consideramos a questão central do exercício da hegemonia do rentismo no Brasil e seu impedimento de qualquer perspectiva de desenvolvimento econômico com o Estado assumindo protagonismo essencial e a indústria sendo o dínamo desse movimento. Ao analisar as intestinas relações entre o sistema financeiro-bancário com o orçamento público e sua influência decisiva na construção da ideologia do Estado perdulário e na feitiçaria do tripé macroeconômico, Belluzzo e Galípolo descortinam a relação de força existente no capitalismo brasileiro, que impede o país de avançar. Para eles, “debater a política fiscal é discutir os horizontes da democracia contemporânea”, e mais do que necessário no Brasil, que conserva uma das dívidas públicas mais custosas e uma taxa de juros real das mais altas do planeta há muito tempo. O

sexto capítulo é um belo exercício de análise macroeconômica, das políticas monetária, cambial e fiscal, além da crítica à economia política.

No arremate, Belluzzo e Galípolo identificam os perdedores nas crises financeiras provocadas pelo estouro das bolhas virtuosas criadas pelo rentismo, que se utiliza de inovações bancárias e da especulação com câmbio e títulos públicos. Os resultados desse processo são apresentados por uma literatura crítica que inclui insuspeitos veículos de comunicação impresso, como *The Economist* e *New York Times*, bem como algumas publicações do Fundo Monetário Internacional. No último parágrafo do livro, os autores desconfiam “que o mundo não padeça apenas de sofrimentos de uma crise periódica do capitalismo, mas, sim, as dores de um desarranjo nas práticas e princípios que sustentam a vida civilizada” [p. 206]. É claro que, para um intelectual ou observador mais atento que conhece razoavelmente as engrenagens do capitalismo, não há muita novidade em reconhecer que o sistema se movimenta pelas suas contradições e que a crise é a face cruel do movimento de expansão das forças produtivas, inovações tecnológicas, criação de riqueza e apropriação de maneira desigual.

É necessário apontar, como fazem os autores, a má-fé na construção dos modelos teóricos “engalanados” pelos instrumentais matemáticos [p. 204], que produzem sofisticadas análises como ilusões de como a sociedade de mercado funciona, um caldeirão de feitiçarias para políticas econômicas e enchem as contas bancárias de consultorias e especialistas de centros universitários, considerados de primeiro nível mundial, acostumados a ser laureados com Prêmios Nobel. Mas esses constructos imaginários não resistem aos primeiros sinais de sinistros nas placas estruturais do sistema de produção.